

O GOVERNO ESTADUAL DE GETÚLIO VARGAS À LUZ DO PERIÓDICO PELOTENSE *O LIBERTADOR* (1928-1929)

FERNANDO ANTÔNIO BROD¹; EDGAR ÁVILA GANDRA².

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – fernando_brod@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – edgargandra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os posicionamentos do Polo Editor¹ do periódico *O Libertador*, órgão oficial da Aliança Libertadora e, posteriormente, do Partido Libertador em Pelotas, acerca do governo estadual do Presidente Getúlio Dornelles Vargas (1928-1929). De forma introdutória, é necessário evidenciar as tensões históricas existentes entre federalistas/libertadores e republicanos no estado do Rio Grande do Sul, ocasionando tanto a dita Revolução Federalista (1893-1895), quanto a Revolução Libertadora (1923), as quais marcaram o estado gaúcho pela violência.

Neste sentido, o papel da imprensa político-partidária será central nos confrontos, uma vez que, de acordo com Francisco Rüdiger (1998, p.42-43), “os jornais constituíam um posto de combate e uma arma de crítica política, que podia ser substituída pela crítica das armas ao sabor das circunstâncias”. Percebe-se assim que os embates editoriais entre o periódico situacionista republicano, *Diário Popular*, e seu oposicionista supracitado eram frequentes, principalmente no tocante à figura de Antônio Augusto Borges de Medeiros e o legado autoritário do castilhismo.

Finalmente, evidenciou-se que, diferente das constatações de Luciano Aronne de Abreu (1996) em torno da oposição bajeense, o caráter de *O Libertador* acerca do governo Vargas será positivo, buscando frequentemente se apropriar do Pacto de Pedras Altas (1923) como uma relação de causa-efeito, em prol da eleição do novo presidente, visto que o dito acordo encerraria a possibilidade de eleição do antigo líder “chimango”. Da mesma forma, nota-se a frequência como o periódico evidencia o perfil moderado e conciliador do novo governo, possibilitando a expansão da participação de libertadores na Assembleia dos Representantes, bem como intervindo de maneira coesa nos pleitos locais.

2. METODOLOGIA

Considerando as etapas de pesquisa e a metodologia que embasam o presente estudo, ressalta-se, primeiramente, a possibilidade dos usos da imprensa como fonte e objeto de pesquisa. A expansão proporcionada pela Escola dos Annales no que concerne ao arcabouço de fontes, ainda na década de 1930, fez com que se rompesse o estigma simplista dos jornais enquanto produções meramente tendenciosas e fragmentadas. Neste sentido, o uso de periódicos na produção acadêmica brasileira se inicia nos anos 1960, popularizando-se na década de 1970. (Luca, 2008).

Destarte, Tania de Luca (2008) indica que é preciso considerarmos uma série de características próprias do periódico, e do tipo textual presente nele, que buscamos analisar. Logo, perceber o destaque ou ocultação de determinada

¹ Interpretado a partir do conceito de José D'Assunção Barros (2023, p.55) como “uma complexa hierarquia de interferentes que se superpõe efetivamente ao texto produzido pelo escritor-jornalista – incluindo-se aqui o diretor, o chefe de edição e os preparadores e revisores envolvidos no produto final (...”).

temática, as motivações que cercam sua produção, identificar o grupo que constitui a linha editorial, bem como analisar onde a folha está inserida e os interesses político-econômicos que com ela se relacionam, são imprescindíveis para o desenvolvimento do estudo que utilize a imprensa escrita em sua constituição.

Em similaridade, Leticia Krilow (2019) aponta uma série de cuidados metodológicos pré-textuais necessários à análise, os quais nos auxiliaram na delimitação do tipo textual a ser analisado e a posição destes no corpo do periódico. Portanto, como delimitação para a pesquisa, se enfocou nos textos editoriais, vistos por Krilow (2019, p.8) como “o espaço privilegiado, mas não único, de expressão do que deveria ser considerado o ponto de vista oficial do jornal e/ ou da redação”. Outrossim, nos valemos das publicações editoriais feitas na capa do impresso e em lugar de destaque, localizadas na lateral esquerda do periódico, ponto primário para a leitura e de maior importância na hierarquia interna da folha.

Por conseguinte, caracterizou-se também o jornal trabalhado, *O Libertador*, dentro da história da imprensa escrita gaúcha. Para tal, se valeu das contribuições de Francisco Rüdiger (1998) acerca da imprensa político-partidária e literária independente enquanto um período intermediário do jornalismo sul-rio-grandense, que ocorreu de meados do século XIX até o princípio do século XX. Da mesma forma, cabe ressaltar que esse periódico, que serviu de órgão oficial da plataforma política libertadora na região de Pelotas, não se enquadra no estatuto de “grande imprensa” proposto por Tânia de Luca (2008).

Finalmente, destaca-se a importância de uma aproximação inicial com a metodologia de análise de conteúdo para o desenvolvimento do estudo. Uma vez que, a etapa de preparação abordada por Roque de Moraes (1999), nos permite identificar os materiais pertinentes à pesquisa e a sua respectiva participação no corpus documental. Da mesma forma, a prática de descrição de uma abordagem qualitativa, nos remetendo às citações diretas dos dados originais, foi responsável por evidenciar a forma como o jornal se posiciona acerca do governo estadual do Presidente Getúlio Vargas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Imerso em tensões ao longo da Primeira República, o autoritarismo de caráter positivista e a coerção política foi prática frequente na história do estado do Rio Grande do Sul. A constituição de 14 de Julho de 1891, também conhecida como Constituição castilhista, consagrou esses aspectos nos seguintes pontos:

- 1) Legislativo unicameral com autoridade restrita a questões orçamentárias;
- 2) Executivo com mandato de 5 anos e com poderes de legislar por decreto sobre questões não-financeiras, a menos que a maioria das Câmaras Municipais rejeitasse uma lei determinada;
- 3) Nomeação do vice-Governador pelo próprio Governador;
- 4) Reeleição consecutiva do Governador, contanto que obtivesse três quartos da votação total;
- 5) ampla e estrita separação dos poderes ‘espirituais’ e ‘temporais’ (Love, 1975, p.49).

Desta maneira, a oposição federalista e, posteriormente, libertadora, foi responsável por contrapor, em armas, a situação republicana em dois períodos distintos, 1893 e 1923.

Considerando de forma objetiva o cenário vivenciado durante e após a dita Revolução Libertadora (1923), nota-se que o governo Borges de Medeiros, herdeiro político e ideológico de Júlio de Castilhos, vinha demonstrando desgastes e insuficiência em gerir o estado. Seus opositores e os dissidentes republicanos clamavam por espaço político junto à Assembleia dos Representantes, bem como

questionavam a frequente coerção política por parte dos coronéis locais e o uso arbitrário da manipulação eleitoral para a sua constante reeleição. (Félix, 1996)

Isto posto, o cenário relativo à cidade de Pelotas, localizada na região sul do estado gaúcho, terá características próprias, dignas de uma análise minuciosa. Sendo considerada uma das principais cidades do sul brasileiro ao longo do Império, em decorrência da sua forte produção de charque, foi responsável por levar membros desse grupo econômico local ao patamar da elite nacional (Vargas, 2013). Em paralelo, Jonas Vargas (2020) indica que tal sucesso se deve à densa engenharia matrimonial desenvolvida no período de auge das charqueadas que oportunizou a estes pecuaristas e charqueadores, que constituíam a elite econômica, conectar suas famílias às elites políticas e sociais.

Tal afirmativa é pertinente quando se aborda também as questões relativas à Primeira República, pois, de acordo com Jessica Peres (2021) os filhos e netos da antiga elite charqueadora aderiram ao republicanismo, enquanto o estudo de Fernando Antônio Brod (2024) demonstra a articulação destes membros das antigas famílias² junto ao Partido Republicano e ao Partido Libertador, bem como suas relações com os órgãos oficiais de imprensa. Indica-se ainda que Pelotas contou com uma sucessão contínua de intendentes republicanos, mesmo que houvesse uma parcela da oposição ligada às famílias tradicionais da cidade.

Dessa maneira, pensar o final da década de 1920, e mais especificamente as relações político-partidárias da imprensa local com o governo Getúlio Vargas nos remete à um cenário de escassez historiográfica. Todavia, uma importante baliza para a historiografia regional é a obra de Luciano Aronne de Abreu (1996), *Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-30)*, na qual o autor evidencia as características e práticas desenvolvidas nessa gestão, a partir das diferentes perspectivas existentes nos periódicos *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e o *Correio do Sul*, órgão oficial da Aliança Libertadora/Partido Libertador em Bagé.

Outrossim, ressalta-se que o presente estudo tem por objetivo central analisar de maneira similar a forma como a oposição, representada pelo *O Libertador*, interpretou e se apropriou das dinâmicas do período e do governo Vargas em si. Em torno dos editoriais analisados, foi possível perceber uma certa empatia com a figura do novo presidente do estado, uma vez que o periódico enaltece frequentemente a postura conciliadora e moderada de Vargas, posicionamento que diverge do exposto por Abreu acerca da imprensa escrita bajeense. Ademais, evidenciou-se ainda que a folha oposicionista busca legitimar a eleição de 1927 e o fim dos mandatos consecutivos de Borges de Medeiros como um trunfo político seu, uma vez que foi a articulação do Pacto de Pedras Altas que pôs fim à possibilidade de reeleição do antigo chefe republicano.

Por fim, aponta-se que os estudos concernentes à imprensa político-partidária são solos férteis para contribuições na seara da história política e social. Perceber a articulação dos interesses dos grupos sociais da elite econômica local junto aos Polos Editores dos jornais, bem como analisar a maneira como as folhas avaliam e se posicionam acerca do governo estadual, pode contribuir para um panorama mais amplo a respeito das tensões políticas e interesses locais.

4. CONCLUSÕES

² Para pensarmos tal articulação é necessário nos valermos da lógica de atuação dos “grupos sociais” de Mancur Olson (1999), na qual os indivíduos organizados de acordo com interesses comuns, quando em espaços de poder ou decisórios, atuam a fim de contemplar o coletivo.

A partir do debate exposto, foi possível percebermos que o periódico *O Libertador*, órgão oficial do Partido Libertador na cidade de Pelotas, buscou frequentemente se apropriar em seus editoriais das consequências oriundas do Pacto de Pedra Altas (1923), percebendo o governo estadual do Presidente Getúlio Vargas (1928-1930) como uma extensão dessas.

Da mesma forma, a imprensa escrita oposicionista local atuou de maneira distinta do periódico bajeense *Correio do Sul*, que mantinha uma postura crítica e ríspida à figura de Vargas. Por fim, nota-se que tanto os editoriais, quanto as entrevistas com os representantes eleitos dos libertadores pelotenses, apelavam para o perfil moderado e conciliador do novo presidente do estado, percebendo na gestão deste uma possibilidade de ampliar suas articulações políticas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, L. A. **Getúlio Vargas**: A construção de um mito (1928-30). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BARROS, J. D. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.
- BROD, F.A. **“Grande entre os grandes, benemérito entre os beneméritos”**: Uma análise do governo estadual do presidente Getúlio Vargas à luz da imprensa escrita pelotense (1928-29). (Trabalho de Conclusão de Curso). Pelotas: UFPEL, 2024, 46f.
- FÉLIX, L. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. 2ed.
- KRILOW, L. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 12, nº. 1, Jan.-Jun., p.1-21, 2019.
- LOVE, J. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-154.
- LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.149-175.
- MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre/PUC-RS, Ano XXII, nº. 37, p.7-32, março de 1999.
- OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- PERES, J. **Abaixo a Monarquia**: Liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880/1889). (Dissertação de Mestrado). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2021, 141f.
- RÜDIGER, F. **Tendências do Jornalismo**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.
- VARGAS, J. “No tempo dos barões” a elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889). In: LOPES, A. E.; VARGAS, J. (Orgs.). **Capítulos de História de Pelotas**. Porto Alegre: Casa Letras, 2020, p.12-31.
- VARGAS, J. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013, 505f.